

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/multi.v27i66.3565>
Recebido em: 18/11/2021; aprovado para publicação em: 15/02/2022

A divisão sexual do trabalho em unidades de produção familiar de uma cooperativa organizada por mulheres rurais¹

Sexual division of labour in family production units of a cooperative organized by rural women

La división sexual del trabajo en unidades de producción familiar de una cooperativa organizada por mujeres rurales

Suzane Grimm²
Dimas de Oliveira Estevam³

² Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário SENAC. Graduada em Administração, com ênfase em Gestão Empresarial pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Atualmente, é especialista em ensino no Senai, Braço do Norte, e professora substituta no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em Tubarão. E-mail: suzane.grimm@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6007-40312>

³ Pós-doutor pelo Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS), vinculado ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Lisboa (ULisboa). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Administração e bacharel em Economia pela UFSC. Atualmente, desenvolve atividades como pesquisador e docente permanente (Mestrado e Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC). Professor do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UNESC. Coordenador do Programa de Ações em Economia Solidária (PAES) na UNESC. Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC). E-mail: doe@unesc.net, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8116-2209>

¹ Este artigo tem o apoio financeiro do EDITAL UNESC/GP n. 118/2018.

Resumo: O artigo analisa a divisão sexual do trabalho no âmbito das unidades de produção familiar (UPF) da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação). A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com seis cooperadas. Como resultado, constatou-se que, nas UPF, cuja principal fonte de renda é obtida das vendas por meio da Cooperação, as mulheres tendem a exercer menor autonomia sobre as atividades administrativas e de gerenciamento de recursos; e, nas UPF em que a comercialização via Cooperação gera uma renda secundária, os homens se envolvem menos nas atividades da UPF e na destinação dos recursos obtidos. Conclui-se, em ambas as situações, a existência da divisão desigual das atividades domésticas e de cuidados nas UPF, revelando-se aspectos da divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; mulheres rurais; cooperativa de mulheres; UPF.

Abstract: This research analyzes the sexual division of labor in family production units (UPF) in the Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação). The research used a qualitative approach and conducted semi-structured interviews with six members. As a result, it was found that, in the UPF where the Cooperação is the main source of income, women tend to exercise less autonomy in administrative and resource management activities; and, in the UPF which have a secondary source of income in the Cooperação, men tend not to be involved in the unit's activities, but they also exert less power over the allocation of resources. In both situations, the existence of an unequal division of domestic and care activities in the UPF is concluded, revealing aspects of the sexual division of work.

Keywords: sexual division of labour; rural women; women's cooperative; UPF.

Resumen: Esta investigación analiza la división sexual del trabajo dentro de las unidades de producción familiar (UPF) de la Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação). La investigación utilizó un enfoque cualitativo y realizó entrevistas semiestruturadas con seis miembros. Como resultado, se encontró que, en la UPF donde la Cooperação es la principal fuente de ingresos, las mujeres tienden a ejercer una menor autonomía en las actividades administrativas y de gestión de recursos; y, en las UPF que tienen una fuente secundaria de ingresos en la Cooperação, los hombres tienden a no involucrarse en las actividades de la unidad, pero también ejercen menos poder en la asignación de recursos. En ambas situaciones, se concluye la existencia de una división desigual de las actividades domésticas y de cuidados en la UPF, revelando aspectos de la división sexual del trabajo.

Palabras clave: división sexual del trabajo; mujeres rurales; cooperativa de mujeres; UPF.

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos recentes avanços conquistados pelos movimentos de luta e reivindicatórios dos direitos das mulheres, as desigualdades de gênero na sociedade ainda são persistentes. Cabe ressaltar que, a partir do aparato teórico utilizado nesta pesquisa, gênero não pode ser entendido apenas como sinônimo de sexo biológico, mas como resultado das construções sociais. No âmbito da agricultura familiar, contexto em que as mulheres que participaram desta pesquisa estão inseridas, as desigualdades de gênero fazem com que as mulheres ocupem uma posição desigual em relação aos homens. Essas desigualdades são históricas e marcadas, de maneira geral, pela seguinte divisão: as mulheres realizam as atividades domésticas e de cuidados, as quais são realizadas no âmbito privado; e os homens ficam a cargo das atividades consideradas como produtivas, mais valorizadas socialmente e realizadas no âmbito público.

Nesse sentido, faz-se necessária a articulação da categoria gênero com a categoria divisão sexual do trabalho, tendo em vista a compreensão mais detalhada das formas pelas quais as desigualdades de gênero se desdobram na materialidade, neste caso, por meio da divisão do trabalho por sexos. O conceito de divisão sexual do trabalho pode nos ajudar a compreender as dinâmicas que ocorrem entre homens e mulheres e que definem suas posições nas sociedades. Ambas as categorias podem fornecer suporte para compreender a posição ocupada pelas mulheres no meio rural, especificamente, no âmbito da agricultura familiar.

A partir disso, apenas reconhecer que existem desigualdades pautadas nas diferenças percebidas entre homens e mulheres não é suficiente, é preciso investigar as formas pelas quais essas diferenças são construídas socialmente e se materializam na hierarquização e divisão das atividades laborais, atribuindo às atividades consideradas como masculinas maior valor e reconhecimento em detrimento das atividades classificadas como femininas.

No meio rural, as desigualdades de gênero e a conseqüente divisão sexual do trabalho regem as atividades e as vidas das mulheres e dos homens rurais, definindo quem está autorizado a realizar determinada atividade e a circular em determinados espaços. Contudo, algumas instituições da

sociedade que buscam promover a igualdade entre homens e mulheres podem colaborar para a caminhada em direção a uma sociedade com menos desigualdades de gênero. Entre essas instituições, ressaltam-se, no âmbito desta pesquisa, as cooperativas descentralizadas, organizações que, entre outras atividades, comercializam os produtos elaborados nas cozinhas das unidades de produção familiar (UPF) e que podem se apresentar como uma possibilidade de visibilidade, reconhecimento e valorização do trabalho realizado por mulheres rurais.

Nesse contexto, no sul do Brasil, no interior do estado de Santa Catarina, algumas mulheres agricultoras e artesãs do município de São Ludgero formaram um grupo que, inicialmente, organizou uma feira de produtos coloniais, no ano de 2006 e, posteriormente, no ano de 2013, buscando formalizar suas atividades e alcançar mercados mais diversos (como o institucional, por meio de políticas públicas), constituíram uma cooperativa descentralizada.

A presente pesquisa se propôs a analisar as descontinuidades e as continuidades das desigualdades na divisão sexual do trabalho no âmbito das Unidades de Produção Familiar (UPF) da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação). Nesse contexto, a seguinte questão norteou a pesquisa: de que forma a divisão sexual do trabalho está presente no contexto laboral das associadas da Cooperação? Para responder a esta questão, a pesquisa se concentrou na experiência das participantes que, voluntariamente, aceitaram participar do estudo, respondendo às questões propostas nas entrevistas semiestruturadas realizadas no período que compreendeu os meses de agosto a novembro do ano de 2019.

Para tanto, este documento está estruturado com uma seção metodológica, que relaciona os métodos, instrumentos e as técnicas de análise; em seguida, uma seção com a apresentação de resultados encontrados a partir dos métodos utilizados no desenvolvimento da pesquisa e com a discussão dos resultados mais relevantes, levando em consideração as bases teóricas e os objetivos traçados; e, por fim, uma seção com conclusões e recomendações sobre o assunto.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM CONTEXTOS RURAIS

A relevância atribuída à participação das mulheres na história da humanidade certamente não condiz com a sua real importância, especialmente, tendo em vista as persistentes desigualdades de gênero que ocultam a presença e a contribuição feminina. As mulheres foram historicamente ocultadas e tratadas como coadjuvantes numa história protagonizada pelos homens.

A falta de registros ocasionada pela ocultação e negação da participação feminina na construção da sociedade faz com que, ainda na atualidade, haja muito dessa história para ser estudada (SAFIOTTI, 2004). A inclusão das experiências das mulheres na história implicaria uma mudança radical não só na história das mulheres, mas também para humanidade como um todo (SCOTT, 1995). Assim sendo, os avanços a partir do que já foi perpetuado até então devem estar orientados tanto na fundamentação histórica dos padrões encontrados quanto no olhar atento para identificação de situações em que esses padrões não são seguidos, buscando aprofundar os estudos sobre mulheres em contextos específicos (NICHOLSON, 2000).

Ao estudarem-se essas particularidades, faz-se necessário compreender as formas pelas quais as desigualdades de gênero se desdobram na materialidade. Para tanto, neste estudo, mobiliza-se e articula-se a categoria gênero e a categoria divisão sexual do trabalho, as quais, em conjunto, fornecem o suporte necessário para a compreensão das dinâmicas que ocorrem entre homens e mulheres e que definem suas posições na sociedade, ou seja, por meio da divisão do trabalho por sexos.

Nesse sentido, a concepção de gênero adotada neste artigo parte da ideia de que as posições desiguais que homens e mulheres ocupam na sociedade são determinadas por construções sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e que o gênero dá significado a essas relações de poder estabelecidas (SCOTT, 1995). Essas relações, no contexto laboral, resultam em uma divisão entre tarefas consideradas femininas e masculinas e nas conseqüentes desigualdades provenientes dessa divisão (HIRATA; KERGOAT, 2007). Assim sendo, a divisão sexual do trabalho pode ser analisada como um dos efeitos das desigualdades de gênero (KERGOAT, 2009).

A divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos se concretiza por meio da divisão sexual do trabalho, a qual atribui às atividades consideradas masculinas, realizadas pelos homens, no âmbito produtivo e público, maior importância e valor adicionado. Conseqüentemente, esse mesmo sistema restringe as mulheres à esfera reprodutiva e ao ambiente privado e doméstico. A forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Com base nesses princípios, essa forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, que se concretiza por meio da divisão sexual do trabalho, é um fator essencial para a manutenção da relação social entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Na prática, a divisão sexual do trabalho faz com que seja muito mais difícil para as mulheres alcançar posições de destaque, cargos de comando e liderança, e estar à frente de organizações. Para muitas mulheres, a questão que se apresenta ainda é anterior a essa, tendo em vista que existe um grande contingente de mulheres que são excluídas do mercado formal e são lançadas para a informalidade.

No meio rural, as desigualdades de gênero são contundentes, a divisão sexual do trabalho é bem marcada, e os trabalhos domésticos e de cuidados que são realizados no âmbito privado, com menor reconhecimento social, são relegados às mulheres. Além disso, nesse contexto, o trabalho feminino é considerado “leve” quando comparado ao trabalho masculino (PAULILO, 2016), a atividade laboral das mulheres no meio rural é considerada uma “ajuda” (mesmo quando realizam as mesmas atividades que os homens) (BRUMER, 2004), e, diferentemente dos homens, que, em grande medida, dedicam-se exclusivamente ao trabalho considerado produtivo, o cotidiano das mulheres rurais é caracterizado por uma série de distintas modalidades de trabalho, que vão desde a realização dos serviços domésticos, cuidados com os membros da família, até a busca por recursos para a sobrevivência e o trabalho agrícola (CORDEIRO, 2007).

De maneira geral, determinadas tarefas têm como padrão serem realizadas somente por mulheres, tais como a preparação do solo, plantio,

tratos culturais, colheita e pós-colheita, o cuidado do quintal e dos pequenos animais, além da transformação de produtos que são posteriormente consumidos pelos próprios membros do arranjo familiar e, no caso de haver excedentes, são frequentemente comercializados. Contudo, apesar das atividades femininas serem essenciais para reprodução dos arranjos familiares rurais, raramente este trabalho é valorizado socialmente (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Além dos aspectos tratados acima, as mulheres rurais têm maiores dificuldades de acesso às políticas públicas, quando comparadas aos homens. Destacam-se entre as principais dificuldades: o acesso à posse das terras, previdência rural, restrições na administração do estabelecimento, obtenção de crédito, capacitação e acesso às novas tecnologias, culminando no não reconhecimento dessas mulheres como agricultoras familiares (CORDEIRO, 2007; PAULILO, 2016).

As restrições em termos de autonomia fazem com que as mulheres, muitas vezes, não tenham acesso à renda e fiquem sujeitas à vontade do marido em atender a suas solicitações. Isso também as impede, em muitas situações, de exercer plenamente seus direitos sociais e políticos (SILIPRANDI, 2011). Como uma das consequências, alguns estudos (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI, 2011) apontam para a desvalorização e invisibilização de formas do trabalho feminino na agricultura familiar.

Apesar da realidade cotidiana de desigualdades enfrentadas pelas mulheres rurais, a luta por espaço, direitos e igualdade é constante. Nesse sentido, alguns movimentos e instituições podem fornecer suporte e colaborar para a caminhada em direção a uma sociedade com menos desigualdades de gênero. Entre essas instituições, ressalta-se, no âmbito desta pesquisa, as cooperativas descentralizadas. Essas instituições, ainda que não tenham como objetivo principal a luta pelos direitos das mulheres, podem se apresentar como uma alternativa de promoção da visibilidade feminina.

As cooperativas descentralizadas são entendidas como uma forma renovada de organização, baseada nos princípios cooperativistas que emergem no meio rural. Contudo, apesar de se tratar de uma inovação recente, as cooperativas descentralizadas são compostas por unidades de produção familiar, as quais têm suas raízes fundadas na antiga tradição, trazida para

o Brasil pelos colonos imigrantes de diversas etnias, de transformar os produtos da agricultura familiar de forma artesanal para consumo próprio, com a consequente venda de excedentes (MIOR *et al.*, 2014).

Dessa forma, os produtos elaborados nessas unidades de produção e comercializados por meio das cooperativas descentralizadas são, na sua grande maioria, produtos processados nas cozinhas das agricultoras. Ou seja, produtos tipicamente produzidos por mulheres rurais. Diante disso, as cooperativas descentralizadas, tais como a estudada nesta pesquisa, podem se apresentar como uma possibilidade de promoção da visibilidade das mulheres rurais e do reconhecimento e da valorização do trabalho realizado por elas. Contudo, cabe investigar os limites e as barreiras que podem existir para a atuação dessas iniciativas e desses movimentos, considerando a persistente divisão sexual do trabalho presente na vida dessas mulheres rurais.

3 METODOLOGIA

Com a intenção de esclarecer os procedimentos metodológicos adotados, cabe ressaltar que a abordagem utilizada na pesquisa foi de natureza qualitativa, que, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), é, por si só, um campo de investigação complexo, que abrange um universo de temáticas e disciplinas. Buscando atender aos objetivos propostos na pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo, a qual se caracteriza como um recorte espacial que o pesquisador delimita, em vista do contexto que pretende estudar empiricamente e com base no seu referencial teórico (MINAYO, 2004).

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 6 (seis) associadas da Cooperação. Cabe destacar que, dentre as 6 (seis) associadas, está a atual presidenta da cooperativa, que também é cooperada. O quadro a seguir fornece uma breve caracterização das cooperadas entrevistadas, constando: localidade de residência, idade, estado civil, número de residentes na propriedade, número de filhos/as, escolaridade e religião.

Quadro 1 – Apresentação das mulheres entrevistadas

Entrevistada	Idade	Estado civil	Número de Residentes na propriedade*	Número de filhos/as	Escolaridade	Religião	Principal fonte de renda familiar
E1	50	Casada	4	2	Ensino médio completo	Católica	Cooperativa
E2	45	União estável	6	2	Ensino superior completo	Católica	Cooperativa
E3	54	Casada	6	3	Ensino médio completo	Católica	Outras fontes
E4	60	Casada	4	5	4° ano do ensino fundamental	Católica	Cooperativa
E5	53	Casada	5	4	4° ano do ensino fundamental	Católica	Outras fontes
E6	58	Casada	4	1	4° ano do ensino fundamental	Católica	Outras fontes

Fonte: Dados da pesquisa (Entrevista realizada com as mulheres, 2019).

*Inclusa a entrevistada.

A escolha das entrevistadas foi realizada por meio do critério de acessibilidade, tendo em vista que não foi utilizado nenhum procedimento estatístico para selecioná-las, mas sim a facilidade de acesso às participantes, que se deu por meio do contato estabelecido com as cooperadas durante o período de observação sistematizada das reuniões mensais da cooperativa, realizadas entre os meses de fevereiro e novembro de 2019. A delimitação da quantidade de entrevistas semiestruturadas realizadas foi estabelecida a partir do critério de que seis entrevistas foram suficientes para atingir os objetivos traçados pela pesquisa. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, que tem como função verificar hipóteses e/ou fazer emergir questões para além dos conteúdos aparentes. (MINAYO, 2004).

De acordo com esse recorte metodológico, estudou-se como ocorre a divisão sexual do trabalho nas atividades desenvolvidas pelas mulheres da Cooperação, especificamente no âmbito das unidades de produção familiar (UPF). A Cooperação é uma cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs,

localizada no município de São Ludgero, estado de Santa Catarina (Brasil), fundada no ano de 2013, nos moldes de cooperativa descentralizada. A constituição do grupo de mulheres ocorreu alguns anos antes, mais especificamente no ano de 2006, quando se iniciaram as ações do Programa Microbacias 2¹, promovido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em parceria com o Banco Mundial, e coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (FRANÇA, 2017).

Inicialmente, as ações envolveram nove famílias rurais e quatro grupos conhecidos popularmente como clubes de mães, os quais produziam e comercializavam artesanatos (VOLPATO; DUARTE, 2017). Como parte do programa, foram realizadas capacitações, sendo o processamento artesanal de frutas e hortaliças o principal eixo trabalhado. A partir dessas capacitações, os/as participantes passaram a se agrupar de acordo com as suas áreas de interesse. Nesse ínterim, formou-se o grupo de comercialização, que se dedicou à organização de uma feira de produtos coloniais (FRANÇA, 2017).

No ano de 2006, a igreja católica do município cedeu o espaço paroquial para realização da primeira feira do grupo, que comercializou itens típicos da agricultura familiar (produtos panificados, geleias, doces, frutas, verduras, entre outros), durante a comemoração da semana do município. Desde então, a feira vem sendo realizada semanalmente, e, atualmente, a comercialização é realizada em um quiosque fixo, situado na área central da cidade (VOLPATO; DUARTE, 2017). Nem todas as participantes da feira fazem parte da cooperativa, assim como nem todas as associadas da Cooperação comercializam seus produtos na feira, porém a maioria das mulheres participa dos dois empreendimentos. Na ocasião da pesquisa, a Cooperação contava com 21 cooperados/as, sendo dezenove mulheres e dois homens. Já a feira de produtos coloniais contava com 18 famílias participantes. No âmbito desta pesquisa, optou-se por estudar especificamente as mulheres participantes da Cooperação, tendo em vista a complexidade maior da organização de uma cooperativa; o seu diferencial, por ser uma cooperativa

¹ O Programa Microbacias 2 tinha como ações primordiais os campos sociais, econômicos e ambientais, além de utilizar uma metodologia de trabalho mais participativa junto às comunidades (SÁ, 2014).

de mulheres rurais; e a sua conseqüente representatividade nas lutas das mulheres por espaço na sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto rural, determinadas atividades são, de maneira geral, atribuídas às mulheres em função de uma suposta vocação natural ou adquirida no processo de socialização, em que realizam tarefas que exigem habilidades consideradas como femininas (entre elas, servir, alimentar, limpar, cuidar e educar), ou, ainda, em função da situação de trabalhadoras eventuais (o que mantém sua posição de executora das atividades de reprodução assegurada) (BRUMER, 2004). A divisão das tarefas cotidianas que ocorre nas unidades de produção familiar da Cooperação sugere a baixa participação masculina nas tarefas naturalizadas como femininas. Essa divisão sexual do trabalho pode ser observada no relato da entrevistada E1, que afirma: *“Eu faço a parte até chegar na embalagem, daí da embalagem e rótulo é a parte dele, e deixar lá na cooperativa. Se eu acabar meu serviço antes, organizar, limpar e terminar de fazer, daí eu ajudo ele”*.

O uso do termo ajuda é muito presente no cotidiano e nos relatos das entrevistadas quando o assunto abordado é a divisão do trabalho. No meio rural, particularmente, o trabalho das mulheres, quando realizado na esfera produtiva, isto é, no campo de trabalho considerado masculino, é percebido como uma ajuda, até quando as mulheres realizam o mesmo trabalho que os homens e com a mesma intensidade (BRUMER, 2004; CORDEIRO, 2007).

Essa situação vai ao encontro do princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho, desenvolvido por Hirata e Kergoat (2007), em que o trabalho de um homem vale mais do que de uma mulher. De forma resumida, o trabalho das mulheres rurais é considerado como produtivo apenas quando elas participam das atividades consideradas masculinas. Contudo, mesmo nesse contexto, frequentemente o trabalho das mulheres é desvalorizado em relação ao trabalho dos homens, e o seu trabalho produtivo é percebido como uma ajuda.

Nesse ínterim, é muito comum que, por serem considerados como os responsáveis pela parte produtiva nas propriedades, os homens sejam

os responsáveis pelo controle e pela administração dos recursos financeiros. Nas propriedades rurais, as mulheres e os jovens exercem um baixo poder de influência nas decisões relativas às finanças, com participação, de maneira geral, apenas em processos decisórios que envolvem as despesas domésticas e as necessidades individuais. Com isso, uma das alternativas para as mulheres e os jovens obterem alguma renda própria pode surgir por meio da venda da sua mão de obra para terceiros ou, então, por meio das pequenas vendas dos produtos da agricultura familiar, comumente transformados pelas mulheres em suas cozinhas (BRUMER, 2004).

No âmbito da presente pesquisa, foram identificadas duas situações distintas, a depender da importância que a renda obtida com a comercialização de produtos pela cooperativa representa para as famílias. Em unidades produtivas em que a renda principal era proveniente da cooperativa, são os homens que “ajudam” as mulheres, mas raramente nas atividades de produção, isto é, eles ficam no controle da comercialização e do dinheiro. Nas unidades em que a renda da cooperativa é secundária, as mulheres continuam “ajudando” os homens nas atividades consideradas produtivas, entendidas como masculinas (como, por exemplo, na produção de tabaco) e, raramente, ou nunca, recebem ajuda dos homens nas atividades relacionadas à produção para a cooperativa.

Outro fator evidenciado se relaciona especificamente, no âmbito da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, à concepção de “trabalho leve”, analisada por Paulilo (2016), em que o termo é frequentemente usado para designar os trabalhos realizados exclusivamente por mulheres, crianças e idosos/as no meio rural, o que reflete na desvalorização de suas atividades. Nas entrevistas realizadas com as associadas da Cooperação, a questão emergiu quando questionadas se consideravam sua demanda de trabalho maior, igual ou menor do que a dos homens. As respostas foram unânimes, e todas as entrevistadas afirmaram ter a demanda de trabalho maior do que a dos homens. Porém, também ficou evidenciado que, apesar de considerarem ter uma demanda maior, o trabalho realizado pelos homens ainda era visto como mais “pesado” que o trabalho realizado pelas mulheres.

A entrevistada E3 tem a percepção de que o trabalho que executa não se restringe a suas atividades externas “na rua”, mas também abrange

todo o trabalho realizado no âmbito doméstico “*dentro de casa*”. Já a entrevistada E6, para argumentar que, apesar de considerar que exerce uma maior demanda laboral do que os homens da casa, o seu trabalho não é tão pesado ou “esforçado” quanto o deles, justificou que este é realizado em um ambiente laboral com mais qualidade; nas suas palavras, “*no enxuto, no seguro*”, ou seja, no espaço doméstico.

Nesse sentido, é importante abordar uma outra face da divisão sexual do trabalho que se concretiza por meio da divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados, em grande medida, atribuído às mulheres. O trabalho doméstico, para alguns autores, pode ser considerado um trabalho reprodutivo, porque é uma atividade essencial para reprodução e manutenção da vida humana. Particularmente, no meio rural, o trabalho reprodutivo é considerado como uma função intrínseca ao sexo feminino e, quando os homens realizam alguma tarefa nesse âmbito, são percebidas como uma “ajuda” para as mulheres. Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, as mulheres responderam de forma unânime que eram as responsáveis por realizar os trabalhos domésticos e por cuidar dos demais integrantes da família quando se fazia necessário.

Uma das consequências da desigual distribuição do trabalho doméstico emergiu durante as entrevistas, quando as participantes trouxeram as dificuldades cotidianas em virtude da falta de tempo gerada pela sobrecarga de tarefas. É possível observar que o fato de participarem do grupo da cooperativa ou de outras atividades sociais não faz com que deixem de ser as responsáveis por realizar grande parte das tarefas domésticas ou que tenham essas tarefas divididas entre os demais integrantes do arranjo familiar. O que acontece é que elas adicionam novas tarefas na sua rotina já repleta de atividades. Isso ocorre porque as atividades domésticas são consideradas de responsabilidade das mulheres, independentemente de outras atividades que realizem. Todos esses fatores contribuem, significativamente, para a sensação de falta de tempo relatada pelas entrevistadas.

Assim como o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados também faz parte dos trabalhos reprodutivos realizados pelas mulheres rurais nos estabelecimentos familiares, os quais são, de forma geral, percebidos como uma responsabilidade das mulheres, tendo como justificativa alguns fatores

supostamente intrínsecos ao que se considera como “natureza feminina”. No universo das entrevistas realizadas, de forma unânime, as participantes relataram serem as principais responsáveis por cuidar dos familiares, quando necessário.

Contudo, nem sempre as mulheres conseguem perceber a sua maior responsabilidade nas tarefas de cuidados e a desigual divisão das tarefas, como ficou evidenciado quando a entrevistada E3, primeiramente, relatou a participação de todos de forma democrática no cuidado com a sua mãe idosa: “[...] *todo mundo é bem parceiro, assim, para esse lado, daí nós conversamos*”. Entretanto, quando interrogada novamente sobre quem seria o/a principal responsável nas tarefas de cuidados com a sua mãe, esclareceu: “*Sou mais eu, e a gente vai revezando. Às vezes, se nós precisamos sair, até o [marido] fica. Sempre fica. Alguém fica. Mas a gente é responsável, né? Se vai todo mundo sair e ela não sai, é eu que fico quase sempre*”.

A dificuldade de perceber as desigualdades de gênero na distribuição das tarefas de cuidados não se apresenta de fato como uma novidade, tendo em vista que as mulheres tendem a encarar essas tarefas como uma responsabilidade natural, como fica evidenciado no relato da cooperada E5:

[...] é uma realidade de toda mulher da roça, com certeza! Porque quem eu conheço, é bem assim. Eu vejo aqui as minhas vizinhas que trabalham na roça, e elas são todas assim: tem a roça, tem a casa, tem o gado, tem roupa, tem alimento para cuidar

A cooperada refletiu sobre a disparidade da carga de trabalho dela em relação aos demais familiares, especialmente, no tocante aos trabalhos domésticos e de cuidados. Essa reflexão, certamente, causa um sentimento de desconforto com a situação vivenciada; no caso da entrevistada, o sentimento relatado foi de vergonha. A entrevistada percebeu que, mesmo tendo consciência de que as tarefas realizadas na propriedade deveriam ser mais bem distribuídas e que cada membro da família deveria exercer sua parcela no todo, ela própria não vivenciava essa divisão mais justa no seu cotidiano e se questionou de que forma poderia mudar a situação.

Além disso, ao refletir sobre a sua situação, a entrevistada também refletiu sobre a posição ocupada pelas mulheres rurais de forma geral, o que corrobora estudos aqui apresentados, dentre eles, os de Brumer (2004)

e de Cordeiro (2007), que descreveram as diversas tarefas que as mulheres realizam e os variados espaços em que circulam no seu cotidiano, conciliando as atividades produtivas e reprodutivas no interior das propriedades rurais. Parafraseando a entrevistada E5, acerca de todo o trabalho realizado pelas mulheres rurais no seu cotidiano: é uma história sem fim.

Alguns estudos realizados em contextos rurais permitem constatar a recorrência de um padrão de maior participação masculina no controle das finanças, à medida que ocorre a percepção da valorização econômica das atividades consideradas femininas e realizadas pelas mulheres. Hernández (2010) constata, em seu estudo sobre o PRONAF Mulher, que, mesmo representando o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres rurais por parte do Estado, este crédito não garante a autonomia econômica feminina, tendo em vista que é recorrente uma maior participação masculina no controle e gerenciamento dessas atividades (nesse caso, trata-se da atividade leiteira), quando se tornam atrativas financeiramente.

Um resultado similar foi constatado por Paulilo (2016), ao estudar a participação feminina na produção familiar de leite nos anos de 1995/1996, na região do Alto Vale do Itajaí, SC. A autora evidenciou que, quando a produção de leite começou a dar lucro, o que aconteceu não foi a exclusão das mulheres da atividade leiteira como um todo, isso porque elas continuaram trabalhando intensamente na produção, mas a exclusão ocorreu especificamente nas esferas de gerenciamento e decisão.

Cabe ainda destacar a pesquisa realizada por Dorregão (2018), que corrobora as demais pesquisas mencionadas anteriormente no que concerne à presença masculina na administração dos recursos em unidades de produção familiar em detrimento da participação feminina. No contexto da participação de mulheres na atividade leiteira no município de Orleans, SC, a autora verificou que a responsabilização das mulheres se limitou a questões produtivas e da esfera doméstica, especificamente, às compras e aos pagamentos das contas da casa.

É importante ressaltar que o contexto da participação das mulheres na atividade leiteira é diferente do das mulheres da Cooperação, tanto em relação às atividades desenvolvidas quanto na forma como ocorre a divisão sexual do trabalho. Em suma, na atividade leiteira, as mulheres realizam uma

parte da atividade, geralmente as atividades consideradas domésticas ou privadas. Já na Cooperação, as mulheres estão presentes desde a produção até a comercialização, além de circularem nos dois espaços – privado e público. Contudo, trazem-se os estudos realizados no âmbito da atividade leiteira justamente por existir um ponto de encontro entre os dois contextos: o maior controle financeiro exercido pelos homens em atividades consideradas femininas que apresentam lucratividade.

No âmbito da presente pesquisa, além da tendência de maior controle e gerenciamento de recursos financeiros por parte dos homens nas propriedades em que a renda proveniente da Cooperação é mais representativa, também foi possível apreender a tendência de uma maior participação masculina nas atividades dessas unidades de produção familiar. Entretanto, assim como sugerem as pesquisas anteriormente mencionadas, os homens não estão presentes em todas as atividades da unidade de produção familiar, mas, majoritariamente, nas funções de gerenciamento e administração, enquanto as mulheres se restringem às atividades ligadas à produção no âmbito das unidades de produção familiar.

Com base nos dados coletados, foi possível observar que a participação masculina tende a ser maior nas unidades de produção familiar em que a renda da Cooperação é a principal fonte de recursos financeiros da propriedade rural (E1, E2 e E4), sendo que, nesses casos, o marido tende a ser o principal responsável por sair para comprar os insumos, realizar o pagamento de fornecedores, fazer a entrega dos produtos prontos na cooperativa, ir ao banco resolver questões burocráticas e de pagamentos e, em certa medida, lidar com os extensionistas rurais, fazer os cursos fornecidos pela EPAGRI e até mesmo decidir quais insumos comprar. Em suma, nessas unidades de produção, os homens tendem a ser os responsáveis não só pelo gerenciamento dos recursos financeiros, como também pelo controle e gerenciamento das atividades administrativas, sendo que as mulheres ficam responsáveis pela produção e transformação dos alimentos.

Por outro lado, nas unidades de produção familiar em que os rendimentos do grupo da Cooperação representam um recurso financeiro complementar (E3, E5, E6), a realidade é um pouco diferente, isto é, as mulheres emergem como as principais responsáveis pelas atividades

administrativas e de gerenciamento da produção, decidindo desde quais produtos comprar, quais fornecedores escolher, realizando os pagamentos, entregando os produtos na cooperativa e realizando as demais atividades burocráticas presentes em seu cotidiano. Nesses casos, é possível perceber que as mulheres demonstram ter um maior controle sobre as unidades de produção familiar e, conseqüentemente, maior autonomia e liberdade nas tomadas de decisões.

Em ambos os casos, foi possível constatar que os homens não participam das etapas de produção em si, ou seja, as atividades relacionadas à transformação de alimentos são realizadas pelas mulheres rurais. No relato da entrevistada E1, por exemplo, é possível observar, ao ser questionada sobre a participação em cursos de qualificação, que, por serem atividades consideradas femininas, os homens não participam ativamente de certas atividades e demandas:

Mais sou eu [que realizo os cursos], porque é na área de produção, mas ele já fez cursos também de SENAR [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural] e coisas assim, que pertencem à parte do homem. Ele já tem bastante cursos também, mas vai mais para a parte dele. Até, assim, de administrativo, administrar dinheiro, essas coisas, foi ele que fez esses cursos, ele já fez dois dali [SENAR]. Mas, daí, quando mexe com alimento, na área de produção, sou eu que faço os cursos. E, daí, também de manipulação de alimento, tudo sou eu que faço. Às vezes, ele já fez também, porque ele também tem que fazer, é curso que é obrigatório para ele, né. Questão de lei (E1)

Em consonância com a abordagem realizada anteriormente no texto, é possível observar que, no âmbito das unidades de produção familiar, as mulheres rurais são entendidas como as principais ou únicas responsáveis por realizar determinadas tarefas (produção e transformação de alimentos, além das atividades domésticas e de cuidados) em detrimento de outras atividades (administrativas e financeiras), expressando, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho.

É importante salientar que as inferências presentes nesta pesquisa se referem, especificamente, ao contexto identificado nas unidades de produção familiar estudadas, e que, no âmbito das atividades desenvolvidas pelas mulheres na gestão da cooperativa, foi possível identificar que existem,

em certa medida, descontinuidades das desigualdades de gênero. Essas descontinuidades estão diretamente relacionadas com a maior autonomia feminina, que pode ser evidenciada de algumas formas, quais sejam: pela formalização das atividades e pelas consequências da saída da informalidade, tais como acesso a políticas públicas específicas, profissionalização das atividades e aumento da complexidade administrativa; por meio do controle que as mulheres exercem na cooperativa, isso porque, mesmo que haja uma minoria de homens associados, são elas que comandam a organização e gerenciam todas as etapas no cotidiano organizacional; e pela visibilidade alcançada pelas mulheres rurais, as quais se tornaram referência na região e recebem frequentes visitas de outros grupos, associações e cooperativas que buscam aprender com as experiências da Cooperação.

Com isso, podemos fazer um paralelo com a expressão “Tudo muda, mas nada muda”, empregada por Hirata e Kergoat (2007), a qual revela o paradoxo da divisão sexual do trabalho. No contexto das mulheres participantes da Cooperação, “tudo muda” quando é possível identificar certa forma de desconstrução de desigualdades de gênero, especialmente, levando em consideração a autonomia percebida no contexto das atividades desenvolvidas pelas mulheres na cooperativa, as quais estão na liderança da Cooperação, controlando desde a produção até a comercialização. Por outro lado, “nada muda” quando é possível identificar que as mulheres tendem a ser as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, além da produção e transformação de alimentos nas unidades de produção familiar. Sendo assim, em certos contextos, as desigualdades de gênero são desconstruídas (descontinuidades); em outros, ainda são reproduzidas, evidenciando continuidades.

5 CONCLUSÃO

O projeto Microbacias, implementado no município de São Ludgero, SC, e coordenado pela EPAGRI, foi central para o processo de formação do grupo de mulheres que mais tarde viria a se tornar uma cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs, a Cooperação. Apesar de ser uma cooperativa diferenciada, por ser constituída por uma maioria de mulheres rurais

e ter em seu nome essa identificação, não foi possível identificar questões relativas aos debates de gênero e a divisão sexual do trabalho como motivador para a formação da cooperativa de mulheres. Ou seja, na criação da Cooperação, não foi possível perceber relações ou enfrentamentos no campo das desigualdades de gênero. Esse fato refletiu na pesquisa de campo, isso porque o reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres se limitou basicamente à percepção quanto à sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados desenvolvidos por elas no interior dos estabelecimentos rurais.

Nesse sentido, cabe destacar as especificidades relacionadas à divisão sexual do trabalho identificadas em contextos distintos na pesquisa, quais sejam: no âmbito da cooperativa, isto é, nas atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito público; e nas unidades de produção familiar.

Como resultado da análise do primeiro contexto, foi possível identificar certa forma de autonomia das mulheres na gestão das atividades da cooperativa. Por outro lado, ao investigar a divisão sexual do trabalho no contexto das unidades de produção familiar, o resultado é diferente e pode ser observado levando em consideração dois cenários distintos: as unidades de produção familiar que têm a renda do grupo da Cooperação como principal fonte de renda da família rural; e as que têm na Cooperação uma fonte de renda secundária ou complementar.

No primeiro contexto, foi possível perceber uma tendência da maior presença masculina nas atividades relacionadas à unidade de produção familiar. Contudo, essa presença não se dá na produção (que ainda é realizada majoritariamente pelas mulheres), mas nas etapas administrativas, o que pode sugerir uma divisão sexual do trabalho. Ademais, nessas unidades de produção familiar, a renda proveniente da cooperativa tende a ser gerenciada pelos homens.

Nas propriedades em que a renda proveniente das transações realizadas via cooperativa representa uma fonte de recursos complementar, foi possível observar uma tendência de os homens não se envolverem nas atividades da unidade de produção familiar; porém, nesses casos, eles também tendem a exercer menor poder sobre o gerenciamento dos recursos provenientes das atividades da unidade de produção familiar.

Em ambos os cenários, foi possível observar a unanimidade quanto à divisão desigual das atividades domésticas e de cuidados. Todas as entrevistadas relataram serem as principais responsáveis por executar esse tipo de atividade em suas propriedades, fato esse que pode revelar mais uma face da divisão sexual do trabalho presente no cotidiano das mulheres entrevistadas.

Os resultados desta pesquisa corroboram outros estudos realizados em contextos rurais que, de maneira geral, as mulheres ficam a cargo das atividades domésticas e de cuidados, consideradas mais leves, as quais são menos valorizadas e pouco reconhecidas. Quando realizam atividades consideradas produtivas, ou seja, as atividades consideradas masculinas, essas são percebidas como uma ajuda para os homens. Por outro lado, quando os maridos realizam atividades consideradas femininas, essas tarefas são percebidas como uma ajuda para as mulheres.

Esses fatos pressupõem que os resultados alcançados pela Cooperação estão ainda muito focados na questão econômica (resultados), e, em poucos momentos, percebem-se questionamentos em relação à divisão do trabalho nas unidades de produção familiar e às desigualdades sociais de forma geral, as quais parecem não fazer parte dos cursos de formação, muito focados em aspectos técnicos (produção e venda), e nem dos debates das reuniões da cooperação.

No entanto, as ações coletivas concretizadas em forma de cooperativa descentralizada, com todas as suas contradições, podem gerar aprendizados e consciência acerca das desigualdades de gênero. Pode-se acreditar que os desafios postos no cotidiano possam despertar nas mulheres da Cooperação questionamentos quanto às desigualdades de gênero e outras desigualdades socioeconômicas, sobretudo no campo.

Conforme o exposto, a presente pesquisa gerou informações inéditas, especialmente levando-se em consideração o caráter singular e a trajetória particular do empreendimento investigado: uma cooperativa descentralizada, de mulheres agricultoras e artesãs, situada numa comunidade conservadora e majoritariamente católica, no interior do estado de Santa Catarina (Brasil).

No decorrer deste estudo, a urgência em dar visibilidade às experiências femininas como uma das formas de combater as desigualdades de

gênero esteve presente em praticamente todas as etapas da construção teórica, sendo destacada por diversas/os estudiosas/os das categorias centrais mobilizadas, quais sejam: gênero e divisão sexual do trabalho.

A principal lacuna do estudo consistiu na impossibilidade de aprofundar-se nas questões políticas internas à cooperativa que envolvem as decisões cotidianas. Como pesquisas futuras, sugere-se investigar os possíveis impactos que as políticas públicas existentes (ou ausentes) geram no desenvolvimento das atividades de cooperativas descentralizadas, especialmente as formadas por mulheres rurais.

REFERÊNCIAS

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-27, jan./abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

CORDEIRO, R. L. M. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL*, 14., 2007, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007. p. 1-13. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DORREGÃO, V. V. *A participação de mulheres na atividade leiteira: um estudo do município de Orleans/SC*. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5971>. Acesso em: 15 out. 2020.

FRANÇA, D. *Organização produtiva das mulheres rurais e o acesso a políticas públicas no município de São Ludgero*. 2017. 27f. TCC (Graduação em Agronomia) - Centro Universitário Barriga Verde, Orleans, 2017.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 15 out. 2020.

HERNÁNDEZ, C. O. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 95-119. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 15 out. 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDERS, T.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. *In*: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Org.). *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 73-100.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 15 out. 2020.

PAULILO, M. I. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento ibero-americano*, Madrid, n. 9, p. 169-83, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>. Acesso em: 15 out. 2020.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo

A divisão sexual do trabalho em unidades de produção familiar de uma cooperativa organizada por mulheres rurais

espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 571-92.

VOLPATO, T. B.; DUARTE, J. K. *Mulher, semente da vida: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2017.

